**RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2009**

Institui o Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos (COREH), com o objetivo de manter em banco de dados registro das organizações civis de recursos hídricos para fins de representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH)**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a necessidade de regulamentar o processo de cadastramento das entidades representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

resolve :

Art. 1º Fica instituído o Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos (COREH) com o objetivo de manter em banco de dados registro das organizações civis de recursos hídricos para fins de representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

**Parágrafo único. O COREH será localizado e mantido pela Secretaria-Executiva do CNRH.**

Art. 2º Para efeito desta Resolução, são Organizações Civis de Recursos Hídricos, **observado o disposto no art. 48 da Lei nº 9.433/1997[[1]](#footnote-1) e no art. 5º da Resolução CNRH nº 100, de 26 de março de 2009[[2]](#footnote-2)**:

I – comitês[[3]](#footnote-3), consórcios e associações intermunicipais de bacia hidrográfica;[[4]](#footnote-4)

II – associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;[[5]](#footnote-5)

III – organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos:

1. organizações técnicas com interesse na área de recursos hídricos;
2. organizações de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos; e
3. associações profissionais cujas atividades sejam relacionadas com recursos hídricos

IV – organizações não governamentais:

1. com o objetivo de defesa de interesses difusos coletivos e da sociedade com foco em recursos hídricos; e
2. com o objetivo de defesa do meio ambiente com foco em recursos hídricos;

V – outras organizações da sociedade civil com interesse na área de recursos hídricos:

1. associações comunitárias cujas atividades sejam relacionadas com recursos hídricos; e
2. organizações representantes de comunidades tradicionais.
3. **[sindicatos.]**

Art. 3º Não são passíveis de cadastramento no COREH, ainda que se dediquem de qualquer forma aos recursos hídricos:

I – as sociedades comerciais;

II – os clubes de serviço;

III – as instituições religiosas ou as instituições voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV – as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V – as entidades de benefício mútuo;

VI – as fundações públicas;

VII – as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado instituídas por órgão público ou por fundações públicas;

VIII – as organizações formadas por conjunto de pessoas que em sua maioria tenham vínculo societário ou empregatício com organização pública ou privada compreendida nesta lista; e

IX – as fundações que em sua direção ou conselho deliberativo apresentem maioria de componentes que tenham vínculo societário ou empregatício com organização pública ou privada compreendida nesta lista;

X– as organizações não governamentais instituídas com a finalidade de desenvolvimento de programas de responsabilidade socioambiental mantidas por empresas caracterizadas em lei como usuários de recursos hídricos.

**[XI – os sindicatos.]**

Art. 4º Fica instituída Comissão Permanente com a finalidade de aprovar o cadastramento, recadastramento e descadastramento das entidades no COREH.

Art. 5º A Comissão Permanente será integrada por:

I – os Conselheiros Titulares do CNRH representantes das organizações da sociedade civil; e

II – um representante da Secretaria-Executiva do CNRH.

§ 1º O respectivo Conselheiro Suplente representará o Conselheiro Titular nas suas ausências e impedimentos.

§ 2º A Comissão será assessorada pela Secretaria-Executiva do CNRH.

Art. 6º A solicitação de cadastramento será efetuada mediante o preenchimento da ficha de cadastro constante do Anexo a esta Resolução, encaminhada à Secretaria-Executiva do CNRH devidamente assinada pelo respectivo representante legal e acompanhada dos seguintes documentos:

I – cópia do estatuto da organização civil devidamente registrado nos termos da lei, com a identificação do cartório e transcrição dos registros no próprio documento ou certidão, ou no caso de fundação, cópia da escritura de instituição, devidamente registrada em cartório da comarca de sua sede e comprovante de aprovação do estatuto pelo Ministério Público; **[Manuela: verificar procedimento]**

II – cópia da ata de eleição da diretoria em exercício registrada em cartório;

III – cópia da inscrição atualizada no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

IV – relatório sucinto das atividades desenvolvidas nos três últimos anos, com cópia de documentos que comprovem trabalhos desenvolvidos na área de recursos hídricos;

V – atestado ou declaração de que a entidade está em pleno e regular e funcionamento, fornecido por autoridade judiciária ou membro do Ministério Público, ou por três organizações já cadastradas no COREH.

§ 1º A entidade solicitante deverá ter no mínimo cinco anos de existência[[6]](#footnote-6).

§ 2º Após instrução, a Secretaria-Executiva do CNRH remeterá a solicitação à Comissão Permanente para deliberação.

§ 3º Caso seja constatada necessidade de complementação da documentação, a Secretaria-Executiva solicitará à entidade pleiteante que o faça em até trinta dias.

Art. 7º A Comissão Permanente terá o prazo de noventa dias a partir da publicação da presente Resolução para estabelecer os procedimentos de cadastramento, recadastramento, descadastramento e atualização.

Art. 8º A entidade cadastrada, após a aprovação pela Comissão Permanente do COREH, terá seu registro homologado pelo Presidente do CNRH mediante portaria ministerial publicada no Diário Oficial da União.

Art. 9º O registro no cadastro terá validade por tempo indeterminado, devendo o dirigente da organização manter os dados atualizados.

§ 1º A atualização deverá ocorrer sempre que houver mudança em alguma das informações constantes do Anexo.

§ 2º A organização que não atualizar as informações constantes do Anexo poderá ser descadastrada.

§ 3º A organização descadastrada somente poderá solicitar novo cadastramento dois anos após a publicação de seu descadastramento, desde que sanadas as circunstâncias que o motivaram.

Art. 10. A proposta de exclusão do COREH será apresentada à Comissão Permanente do COREH, que deverá notificar a entidade sobre a qual se requer a anulação do registro.

Art. 11. O COREH deverá estar disponível na página do CNRH na internet.

Art. 12. Os casos omissos serão deliberados pela Comissão Permanente do COREH.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

FORMULÁRIO PARA CADASTRAMENTO NO CADASTRO NACIONAL DE ORGANIZAÇÕES DE RECURSOS HÍDRICOS

|  |
| --- |
|  |
|  | I - IDENTIFICAÇÃO  RAZÃO SOCIAL\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ SIGLA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  ESTRUTURA LEGAL\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  | II - ENDEREÇO  RUA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ BAIRRO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ MUNICÍPIO \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ UF\_\_\_\_\_\_ CEP\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ FONE\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ FAX\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CAIXA POSTAL\_\_\_\_\_\_  E-MAIL\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ PÁGINA NA INTERNET\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  | III - REGISTRO DATA DA FUNDAÇÃO \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_  NºCGC\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nº E DATA DO REGISTRO DE CONSTITUIÇÃO \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nº E DATA DO REGISTRO DO ESTATUTO \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  | IV - OBJETIVO E FINALIDADE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  | V - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÚLTIMO ANO E ORIGEM DOS RESPECTIVOS RECURSOS FINANCEIROS  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  | VI - RESPONSÁVEL(EIS) LEGAL(IS) PELA ENTIDADE  NOME \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CARGO \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ END./FONE\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA E ASSINATURA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

1. **Art. 48.** Para integrar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, as organizações civis de recursos hídricos devem ser legalmente constituídas. [↑](#footnote-ref-1)
2. **Art. 5~~º~~** Para os fins de representação no âmbito do CNRH, são reconhecidas como organizações civis de recursos hídricos entidades sem fins lucrativos em cujos objetivos sociais, previstos em seus estatutos, conste ao menos uma das seguintes atividades e atribuições:

   I – defesa, preservação e conservação de recursos hídricos;

   II – promoção do desenvolvimento sustentável;

   III – produção e divulgação de informações, desenvolvimento de conhecimento e de tecnologias para o uso racional de recursos hídricos;

   IV – defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade relacionados com recursos hídricos.

   § 1~~º~~ A representação do segmento Organizações Civis dar-se-á por meio de instituições de expressão nacional ou regional.

   § 2~~º~~ O requisito de não ter fim lucrativo não se aplica a organizações de ensino e pesquisa. [↑](#footnote-ref-2)
3. Decreto nº 4.613/2003, art. 2º, §4º, I. [↑](#footnote-ref-3)
4. Lei nº 9.433/1997, art. 47, I. [↑](#footnote-ref-4)
5. Lei nº 9.433/1997, art. 47, II. [↑](#footnote-ref-5)
6. Esta exigência está prevista apenas para OTEP e ONG (Decreto nº 4.613/2003, art. 2º, § 4º, II e III), mas entendo que pode ser estendida às demais categorias. [↑](#footnote-ref-6)